

L'altro sono io | El otro soy yo

Scritture plurali e letture migranti | Escrituras plurales y lecturas migrantes

a cura di | editado por Susanna Regazzoni, M. Carmen Domínguez Gutiérrez

Nós, o outro e os outros: a constituição multiétnica capixaba no caldeirão cultural do Espírito Santo, Brasil

Maria Cristina Dadalto

Universidade Federal do Espírito Santo, Brasil

Luis Fernando Beneduzi

Università Ca' Foscari Venezia, Italia

Abstract This paper aims to analyse the multiethnic constitution of Espírito Santo starting from the report book *Encontro das Raças*, published in 1997 by the journalist Rogério Medeiros. The book presents interviews with narratives of European immigrants and descendants – Pomeranians, Dutch, Italians, Polish, German, Tyrolean, and Swiss. During its historical, socio-cultural and demographic constitution, Espírito Santo also counted with the participation of Syrian and Lebanese immigrants – in the 19th and early 20th centuries – and Asians, as well as national migrants. Medeiros also discusses and presents narratives of the descendants of Africans, Indians and Portuguese who constitute the first matrix of miscegenation of the *capixaba* people. The purpose of the present study is to reflect on this relationship that Medeiros calls the “Meeting of the Races” from a perspective of the sense of belonging and power relations established between these various ethnic groups settled in the state from 1847, when the government of the province sought alternatives to transform Espírito Santo economically and initiated, through political actions, the process of installing European immigrants in its lands.

Keywords Espírito Santo. Immigration. Ethnicity.

Resumo 1 Introdução. – 2 Encontro das Raças no Espírito Santo. – 3 A vida no Espírito Santo e as tensões no cotidiano. – 4 Identidades em conflito. – 5 A guisa da conclusão.



Edizioni
Ca' Foscari

Diaspore 12

e-ISSN 2610-9387 | ISSN 2610-8860

ISBN [ebook] 978-88-6969-396-0 | ISBN [print] 978-88-6969-397-7

Open access

Submitted 2020-01-29 | Published 2020-04-30

© 2020 | © Creative Commons Attribution 4.0 International Public License

DOI 10.30687/978-88-6969-396-0/009

93

1 Introdução

O Oitocentos e o primeiro quartel do Novecentos marcaram o estado do Espírito Santo, localizado na região Sudeste do Brasil, como os séculos do encontro de diversos grupos étnicos europeus, sírios e libaneses, e asiáticos, com os estabelecidos: indígenas, africanos, portugueses e seus descendentes – que já apresentavam os resultados fenotípicos de uma miscigenação interétnica em curso. Mas até meados do Oitocentos, a população era pequena em comparação ao tamanho do território espírito-santense e a outros estados brasileiros: 48.893, sendo 12.100 escravos, segundo relatório do Presidente da Província publicado em 1857.¹

A vinda dos migrantes, organizada pelo governo, teve início em 1812 com a chegada de um pequeno grupo de açorianos que se instalou em Viana.² Anos depois, a partir do ano de 1847, com o desenvolvimento de um projeto político³ seletivo do governo imperial, são assentados mais imigrantes: alemães, pomeranos, italianos, poloneses, suíços, holandeses, tirolezes. Sírios e libaneses se deslocaram independentemente da política de atração e de apoio governamental, bem como os poucos chineses que lá chegaram. No primeiro quartel do Dezenove, a partir de uma ação entre o governo do estado e a Sociedade de Colonização da Polônia,⁴ estabeleceu-se uma leva de poloneses. Entretanto, durante todo esse período foi grande a migração interna composta por levas de mineiros, fluminenses e nordestinos (baianos, cearenses, sergipanos).⁵

No Arquivo Público do Estado do Espírito Santo há uma lista nominal de 54.155 estrangeiros que entraram no estado nos séculos XIX e XX,⁶ a maioria constituída por italianos, vindos da região Nor-

1 Relatório com que o Exmo. Sr. Presidente da Província do Espírito Santo, o Doutor José Mauricio Fernandes Pereira de Barros, passou a administração da Província ao Exm. Sr. Comendador, José Francisco de Andrade e Almeida Monjardim, segundo Vice-Presidente, no dia 13 de fevereiro de 1857 (Nunes 2018).

2 Segundo Mariano (2017) 30 casais de açorianos foram encaminhados para a Capitania do Espírito Santo pelo Intendente Geral da Polícia do Rio de Janeiro, Paulo Fernandes Viana.

3 No Oitocentos tem início um projeto político consolidado com o fim da escravidão no país visando atrair europeus para o Brasil (Seyferth 2002). Neste contexto várias ações foram levadas em curso pelo governo imperial, destacando-se inclusive aquelas voltadas à propaganda da imagem civilizatória do país por meio da participação do Brasil nas Feiras Internacionais de Viena (Schuster 2015).

4 Em 6 de outubro de 1928 foi celebrado contrato de colonização com a *Towarzystwo Kolonizacyjne* (Sociedade da Colonização) da Polônia com o governo do Espírito Santo para introdução de colonos poloneses no norte do estado (Pacheco, Ignatowski 1972, 3).

5 Este último movimento estava relacionado com uma mobilidade interna, desde os estados de Minas Gerais e do Rio de Janeiro, e da região nordeste do país.

6 <https://ape.es.gov.br/colecao-canaa>.

te da Península. Ao se estabelecerem, grande parte dos imigrantes europeus obteve terras⁷ para reconstruir suas vidas e a de suas famílias – situação contrária àquela de brasileiros mestiços e negros libertos que ficaram entregues à própria sorte, assim como dos indígenas que ainda desafiavam o Império e eram caçados e confinados em aldeamentos ou simplesmente mortos.⁸

Com esse modelo adotado o governo imperial implantava seu projeto eurocêntrico colonizador e construía o mito de um país civilizado, com progresso e desenvolvimento econômico, em contraposição ao país da barbárie, constituído por indígenas e negros. Segundo Quijano (2000), naquele período, uma das questões vinculadas às identidades dos diferentes grupos estava relacionada às formas de colonialidades de poder com hierarquias, papéis e lugares associadas ao padrão de dominação branca, europeia.

É relevante a leitura apresentada por Funes (2014) com relação ao projeto de civilização, associado à mudança populacional da sociedade latino-americana, a partir do processo de branqueamento. Se a doença da nação era a mestiçagem, era necessário transformar esta coletividade degenerada para poder produzir o desenvolvimento econômico. Como indicava a autora, a partir da percepção de Gustav Le Bon, assim como as características físicas eram transmitidas por herança, também aquelas psicológicas o eram, criando desta forma o caráter nacional. O primitivismo do mestiço era caracterizado pela irracionalidade – rancor, egoísmo, crueldade, vingança – que não produziam o progresso; pelo contrário, os indivíduos brancos/europeus importados dariam racionalidade às relações sociais, regenerando consequentemente a nação.

Para Goebel (2016, 8), nas Américas foram concebidas fronteiras imaginadas desenvolvendo um novo tipo de «colonialismo interno». Em sua avaliação, foi o resultado da imigração europeia, com a integração econômica das regiões na economia atlântica, que transformou demograficamente a população na sua composição e aprofundou desigualdades socioeconômicas entre o sertão rural pobre e os centros urbanos industrializados. Tal sentido pode ser perscrutado, ainda no presente, com as descrições e afirmativas do Brasil como um país que tem regiões supostamente brancas, modernas e civilizadas, como São Paulo, e um sertão nordestino atrasado.

Ao publicar o livro-reportagem *Encontro das Raças*, o jornalista Rogério Medeiros, coloca em evidência e no mesmo plano identitá-

7 Em 1876 o Governo Imperial criou a Inspectoria Geral de Terras e Colonização, responsável pela definição de uma orientação unitária à introdução de imigrantes europeus no país (Trento 1989).

8 O princípio da guerra justa e do cativo indígena está expresso na carta régia de 13 de maio de 1808 e a guerra contra os índios (Cunha 1992).

rio europeus, negros africanos e indígenas. Nesse aspecto, o autor faz uma inversão da proposição eurocêntrica ideológica prevalecente no imaginário brasileiro, em sintonia com as discussões atuais que envolvem a busca de um processo de descolonização epistêmica, de transformações nas representações consolidadas e cristalizadas no imaginário coletivo. Todos contam com capítulos específicos da história socioeconômica e cultural de seu grupo e fotografias em preto e branco. Na obra pode-se obter pistas de parte da história coletiva do Estado. É o primeiro e único livro até então publicado no Brasil que engloba a história individual e coletiva dos vários grupos que constituíram o Espírito Santo. Nele estão contidos relatos orais individuais dos membros destas comunidades, a partir de metodologia jornalística na coleta de informações.

Sob tal perspectiva, essa obra tem especial relevância: Medeiros conseguiu ainda entrevistar personagens que contaram uma história viva de um tempo que hoje somente pode ser recontado por descendentes dos imigrantes estrangeiros. Fato que obviamente não reduz a importância da historicidade dos acontecimentos, mas os apresenta a partir de outras nuances.

O autor também debate e apresenta narrativas dos descendentes de africanos, indígenas e portugueses constituintes da primeira matriz de miscigenação do povo capixaba. De fato, esta segunda parte está muito em sintonia com o momento da escritura da obra, finais do século XX, em um país que, na década de 1980, viveu o processo de redemocratização e a elaboração de uma nova constituição, a de 1988, marcada pela ação dos movimentos sociais, dos grupos subalternos, em uma abertura a um Brasil mais plural.

Nesse contexto, a proposta deste artigo é refletir sobre essa relação que Medeiros denomina de *Encontro das Raças*, por meio da seleção de três grupos europeus – italianos, pomeranos e poloneses – e dois grupos de estabelecidos: de indígenas e africanos. Coloca-se em discussão uma construção mnemônica do estado do Espírito Santo como espaço de imigração europeia, reforçando o seu caráter identitário plural, que envolve também grupos não europeus, silenciados até as transformações da segunda metade do século XX.

A seleção desses cinco grupos, que hoje se encontram miscigenados com membros de outros grupos étnicos estabelecidos no estado, está relacionada aos seguintes critérios: 1) os pomeranos, que ainda mantêm viva a língua e tradições trazidas da terra de origem, país; 2) os poloneses, vindos em levas diferentes, com destaque para um grupo assentado no Norte do estado, no final da Primeira Guerra Mundial, e que hoje constitui a cidade de Águia Branca; 3) os italianos, que formam o maior quantitativo de imigrantes estrangeiros instalados no estado por meio da política governamental; 4) os indígenas, senhores despossuídos das terras; 5) os negros africanos, que após a abolição foram relegados à própria sorte.

Destaca-se que a miscigenação multiétnica dos diferentes grupos de imigrantes estrangeiros entre si e com outros estrangeiros,⁹ com migrantes nacionais, mestiços, negros e indígenas, que já tinha iniciado ainda que de modo tímido no final do século XIX, foi potencializada no começo do XX e consolidada nos anos de 1950. De modo que esse processo permanece em contínuo movimento de trocas e de tensões nas relações sociais e identitárias nas quais os diversos grupos estão em interação.

Para esta análise, nos apropriaremos da perspectiva de Drummond (1980), que argumenta que as culturas não são estruturas nem amálgamas plurais, mas um *continuum* ou um intersistema, que não contém regras uniformes ou propriedades invariantes. Na sua visão, as culturas derivam sua qualidade sistemática de um conjunto de transformações que abrangem uma ampla variabilidade de contextos. Analisando os membros da sociedade *creola* da Guiana, Drummond propõe que eles operam com interpretações sobre diferenças fundamentais que separam as pessoas em sua sociedade, e, ainda, que essas diferenças compreendem um *continuum* cultural.

Nesse sentido, especificamente sobre os grupos constituintes da sociedade do Espírito Santo, forjada no fenômeno migratório, partilhamos do ponto de vista expresso por Drummond com relação à Guiana: entendemos que as diferenças são articuladas em termos de categorias raciais ou étnicas, de modo que as variações internas e as mudanças no intersistema estão vinculadas às construções simbólicas da etnia.

2 Encontro das Raças no Espírito Santo

Entre os anos 1847 a 1888 a maior parte dos imigrantes assentados no estado foi localizada ao Centro e Sul do Espírito Santo, ficando a região Norte ainda praticamente estagnada como projeto colonial anterior, uma vez que algumas poucas colônias foram criadas a partir de 1880 e sem perspectiva de maior avanço rumo ao Norte. No primeiro quartel do século XX, com a crise do café e a necessidade crescente de explorar a fronteira na vertente Norte do vale do rio Doce, o movimento colonizador aumentou na região por meio de um intenso processo de migração interna protagonizada pelos descendentes de imigrantes europeus situados nas colônias ao Sul do estado e de outras regiões do país, juntamente com grupos nacionais não derivados do então ainda recente fluxo imigratório. Em tal contexto, o de-

⁹ Virginia Tamanini (1981), no romance *Karina*, apresenta os entrelaçamentos entre várias etnias por meio de enlaces parentais, bem como os conflitos entre os personagens residentes no mesmo espaço-tempo.

sejo de possuir mais e melhores terras, aliado a outros fatores como a quantidade de herdeiros a dividir a propriedade rural em que trabalhavam, incrementou a mobilidade interna dos diversos grupos.

Sobre esse movimento de imigração e posterior deslocamento interno, em termos de literatura científica ou ficcional, foram produzidas no Espírito Santo algumas obras, mas sempre sobre algum grupo específico. Dadalto (2008) pesquisou 45 obras entre biografias, memórias, ficção e estudos acadêmicos produzidos por imigrantes ou descendentes e por não descendentes. A maioria absoluta é sobre imigração italiana, grande parte retratando a fome, o medo, a esperança e a intensidade do trabalho para alcançar a vitória sonhada no Brasil.

Grande parte das publicações é composta por obras ambientadas no interior do estado. A exemplo, podemos citar *Karina*, de Virginia Tamani, publicada em 1981, romaneando a história da imigração italiana; *Canaã*, de Graça Aranha, cuja primeira edição foi publicada em 1902 e retrata a saga dos imigrantes alemães; as memórias de Ceciliano Abel de Almeida, publicadas na obra *O Desbravamento das selvas do rio Doce* (1978), que narram a história da construção da ferrovia entre Vitória e Minas Gerais; e *A Suavidade do sol poente*, de Adilson Vilaça, publicada em 2002, que conta a saga de uma família de origem italiana e por meio de seu desvelamento revela o desenvolvimento urbano da cidade de Colatina.

Essas obras são exemplos sobre a vivacidade e riqueza de parte do processo de constituição socio-histórico, cultural e econômico do Espírito Santo. Ao mesmo tempo, permitem esclarecer e preservar singularidades da mentalidade de uma época específica. De acordo com Freitag (1997, 92), «os bons romances conseguem abordar os diferentes planos da vida subjetiva e objetiva, reproduzir intuições e descrever cenários, resumir fatos e deter-se em detalhes, criar uma trama e recriar ambientes».

Foram várias as estratégias que os imigrantes estabeleceram para conquistar o território. De acordo com Dadalto (2008), uma das estratégias foi a constituição de relacionamentos sociais interétnicos, associada por laços de consanguinidade ou não. Tal ação tornou-se mais ativa, sobretudo, a partir do início do século XX. Esses grupos se mantiveram relativamente localizados em seus assentamentos primários até o fim da escravidão e a ocorrência de um intenso fluxo migratório interno, visando ao desbravamento da fronteira agrícola do Norte do vale do rio Doce. Movimento cujo auge foram os anos de 1930 a 1950 e que aconteceu numa vastidão de floresta.

Participaram desse processo, imigrantes, descendentes de imigrantes e nacionais - incluindo todos os grupos da população já estabelecida antes da imigração de massa europeia. Segundo Almada:

não se pode minimizar nesse processo a participação de outros imigrantes, dentre os quais se destacam os negros e mulatos. (1993, 92)

As pequenas comunidades em que se localizavam esses grupos, maiormente situadas na área rural, se constituíam de pequenas aglomerações. Em geral a população residente era autossuficiente e se mantinha com pequena diversificação de atividades profissionais. Também por meio das práticas religiosas, dos vínculos de compadrio e de parentesco as práticas socioculturais eram instituídas ou reforçadas e intensificava-se a vida comunitária, contribuindo para a reafirmação da identidade cultural (Dadalto 2008). Importante esclarecer que, nesse contexto, muitos imigrantes e descendentes falavam os dialetos de origem.

Tais fatos indicam que no cotidiano interno desses grupos havia uma articulação em termos das relações sociais realizadas por meio de categorias étnicas ou raciais. Portanto, no período já existia no Espírito Santo um processo de miscigenação entre vários grupos étnicos e no qual os intersistemas socioculturais se ordenavam segundo as construções simbólicas do encontro desses diversos grupos.¹⁰ Um exemplo é descrito por Adilson Silva Santos (2019b) em sua tese de doutorado sobre os sírios e libaneses no Espírito Santo, na qual explicita o casamento de um libanês, José Brumana, com uma brasileira, Mariana Alves, realizado em 1899.

3 A vida no Espírito Santo e as tensões no cotidiano

Ao escrever o livro-reportagem *Encontro das Raças*, Medeiros possibilita a imersão nos contextos de vida e na complexidade das dificuldades e vitórias de vários grupos étnicos. Com isso, oportuniza o conhecimento de uma multiplicidade de sujeitos até então não vislumbrada no debate da constituição sociocultural do Espírito Santo, tampouco evidenciada em publicações. Sobretudo no que se refere a negros e a indígenas, que surgem sempre em narrativas conflituosas e pouco valorativas. Mas o objetivo de Medeiros é apresentar a vida das pessoas, no seu cotidiano, valorizando o registro das memórias socio-históricas individuais e coletivas, acaba, no entanto, retirando alguns grupos subalternos do silenciamento.

Nesta discussão, é interessante a perspectiva de Poutignat e Streiff-Fenart (1998) com relação aos grupos étnicos: construção estratégica e autorrepresentação da coletividade. No primeiro caso, os auto-

10 Outra referência para essa miscigenação tem como indício uma listagem de sobrenomes constituída a partir da solicitação de 6.204 pedidos de cidadania italiana por um grupo de capixabas ao Consulado Geral da Itália no Rio de Janeiro no ano 2000. Nela se constata a intensa miscigenação de italianos e descendentes com vários outros grupos, impossibilitando que muitos sejam identificados como italo-brasileiros tendo como base o sobrenome. A grande maioria carrega sobrenomes italiano e polonês, italiano e português, italiano e árabe, italiano e alemão, ou apenas um ou outro (Dadalto 2007).

res fazem referência aos estudiosos norte-americanos para associar a constituição dos grupos étnicos às transformações próprias da sociedade contemporânea e às necessidades de interação de sujeitos raciais em processos interétnicos competitivos. No segundo, observa-se uma autodefinição de pertencimento, quando os indivíduos se identificam enquanto parte de um determinado grupo e performam seu comportamento como consequência, em uma percepção positiva desta pertença. Portanto, como a visibilidade dos grupos étnicos está associada – em um contexto interétnico – ao processo de ascensão social e aos projetos de desenvolvimento regional e nacional, as suas presenças na história variam no tempo, aparecendo ou desaparecendo conforme a conjuntura política, econômica e social.

Pomeranos

Os imigrantes pomeranos, em modo geral, começaram a vir para o Brasil a partir de 1872. O desembarque dos primeiros imigrantes pomeranos no Espírito Santo contou com um grupo de 27 famílias, cerca de 120 pessoas, todos agricultores e luteranos; somente em alguns casos eram acolhidos no mesmo contrato de viagem indivíduos solitários que se encontravam com eles nessa empreitada. Deixavam na Pomerânia¹¹ demais familiares, a instabilidade social e a fome instauradas pelo fim do sistema feudal e por inovações tecnológicas que substituíam grande quantidade de mão de obra (Rölke 1996). No Espírito Santo, foram primeiramente estabelecidos na região serrana e ao longo do tempo se espalharam em cidades do Centro e Norte do estado.

No presente, grande número dos descendentes de pomeranos, em um processo de recriação da tradição, mantém viva nas ações cotidianas as práticas culturais e simbólicas vindas com os primeiros imigrantes deste grupo étnico, instalado em território capixaba ainda no Oitocentos. Ao se buscar compreender esta construção social, verifica-se por meio dos relatos e descrições de Rogério Medeiros sobre os rituais do casamento, que esse processo é fomentado pela ação da memória e da língua no processo geracional, parte de uma autodefinição e construção da diferença étnica. A língua pomerana, o *pomerod*, falada entre as diversas gerações, tanto no espaço privado como no público, é mantida atualmente, inclusive, com apoio de política educacional no ensino fundamental.

Esse contexto dos pomeranos é destacado por Medeiros ao ressaltar o isolamento sociopolítico vivenciado:

11 Após a Segunda Guerra Mundial o território da Pomerânia foi dividido entre Polônia, parte oriental, e a Alemanha, ocidental.



Figura 1 Mulheres pomeranas na prática cotidiano do fazer alimentação.
Autor: Rogério Medeiros (Medeiros 1997)

Eles não se livraram, no Brasil, de uma injusta relação dominador/dominado a que eram submetidos na antiga Pomerânia. Discriminados, devido ao confinamento social e cultural a que se impuseram através do 'pomerod', o dialeto usado por eles, e manipulados pelos comerciantes intermediários, que se valiam dessa condição de isolamento para obter bons lucros na revenda de seus produtos agrícolas, os pomeranos viveram muitos anos à margem dos processos políticos e sociais do Espírito Santo. Graças à gradativa conscientização política realizada mais recentemente pela Igreja da Confissão Luterana no Brasil, a comunidade passou a participar das eleições, conseguindo eleger para o Executivo e o Legislativo representantes para defender seus interesses. (1997, 13)

Como resultado das ações levadas em curso pela coletividade pomerana no Espírito Santo e a partir dos anos dos efeitos da nova Constituição de 1988, na atualidade há municípios, como Santa Maria de Jetibá, nos quais o ensino do *pomerod* se tornou parte do currículo escolar.

Poloneses

Os poloneses começaram a chegar ao Espírito Santo junto com os demais imigrantes, no século XIX, em 1874. Entrementes Medeiros realça em seu livro somente o assentamento do grupo polonês em fuga

dos efeitos da Primeira Guerra Mundial, em 1929, e cujos descendentes estão hoje localizados no município de Águia Branca. Esse grupo obteve um resultado muito positivo no âmbito da agricultura, ao largo dos conflitos de terra verificados no Sul do Brasil.

Na prática, o projeto da Sociedade de Colonização de Varsóvia foi uma espécie de reforma agrária. Os imigrantes eram inicialmente instalados num galpão, e só depois da localização, medição e numeração do lote pela administração do núcleo de colonização, a família iniciava a derrubada da mata, fazia um barraco provisório para se abrigar, utilizando folhas de palmito na cobertura, e começava o roçado. Mais tarde, surgia uma casa de alvenaria com cobertura de telhas. (1997, 33)

Para a vinda desse grupo o Governo do Estado fez a concessão gratuita de 50 mil hectares de terras no norte do Rio Doce. As famílias partiam de Colatina para o assentamento no Núcleo Colonial. Ao chegar ao Núcleo Colonial recebiam um livreto com as regras de convivência, cujo título era *Orzeł Biały* (Águia Branca) o símbolo da Polônia (Malacarne 2004). A região de assentamento era formada por uma densa mata tropical. Os imigrantes não dispunham de acesso a médicos, pontos de saúde ou hospitais. Em tal cenário muitos não suportaram conviver com os flagelos e retornaram para a Polônia ou migraram para outros estados do Brasil.

À medida em que conseguiram inserção socioeconômica, também membros desse grupo buscaram a inserção política. Movimento que encontrou resistência dos descendentes das demais etnias. A exemplo, a conduta do polonês Eduardo Gleyser para se candidatar e se tornar político na região. Imigrado criança para o Brasil, se tornou médico e dentista, naturalizou-se e candidatou-se a vereador. Tal evento somente foi possível por meio de medida judicial dada a resistência que encontrou de vários personagens da elite social e descendentes de outras etnias, em especial portugueses, italianos e alemães, que evitavam sua inclusão no jogo político de poder municipal e as consequências possíveis dessa inserção. Foi eleito por duas legislaturas.

Italianos

Situações sociopolíticas diferentes vivenciaram os imigrantes italianos, bem como seus descendentes. Medeiros avalia como sendo o grupo que historicamente obteve os melhores resultados econômicos. Sobre o assentamento e as relações sociopolíticas e econômicas estabelecidas, evidencia em seu texto:

Foram os imigrantes que mais se integraram com outras nacionalidades europeias. O projeto capitalista implantado na Itália pelas elites econômicas deixou sem perspectivas as classes trabalhadoras, que emigraram tentando uma vida melhor. O terror de perder a terra conseguida com sacrifícios, a preocupação em manter a unidade da família e o incentivo da Igreja empurraram os colonos para o integralismo. (1997, 52)

A participação dos imigrantes italianos e seus descendentes nas atividades integralistas¹² no estado ocorreu a partir do recrutamento de profissionais com forte presença representativa nas classes médias urbanas. Mas se espalhou em todo o interior do estado, como sendo uma opção contra o comunismo, que acreditavam, caso implantado, poderia solapar os bens que haviam adquirido. Contudo, não foram poucos os conflitos protagonizados por imigrantes italianos e descendentes durante o processo de instalação e expansão do projeto econômico familiar e coletivo desse grupo étnico. Nessa direção, protagonizaram disputas com imigrantes de outras nacionalidades, dentre eles com poloneses – a quem denominavam de polacos –, alemães, sírios, libaneses, e com os que denominavam de brasileiros (Dadalto 2017; Santos 2019a).

Os imigrantes italianos aportados na terra capixaba viviam sob o regime patriarcal, eram católicos e, em sua maioria, analfabetos. Estabelecidos em pequenas localidades no interior do estado, a partir dos anos de 1874, tinham relações mercantis pouco desenvolvidas e obtinham pequena rentabilidade na produção baseada na expansão da cultura do café e de sua manutenção, até os anos de 1950 (Rocha, Morandi 1991) – época em que o governo federal decidiu erradicar os cafezais. A erradicação incidiu em um espaço sobre o qual a vida econômica e social ainda era muito condicionada ao cultivo do café e cuja composição não se cristalizara de modo a fornecer os meios para proporcionar maior facilidade de integração ao mercado interno (Becker 1969); assim, o efeito da erradicação de cafezais se expressou no êxodo em massa para as cidades e para outras regiões do país.

Medeiros também salienta que o primeiro governador capixaba após o regime militar foi o descendente de italianos Gerson Camata, eleito para a gestão de 1983-86, e posteriormente eleito e reeleito deputado federal (por dois mandatos) e senador por um mandato.

12 A Ação Integralista Brasileira (AIB) teve seu protagonismo entre os anos de 1932-37 adotando o modelo das organizações fascistas, sobretudo da Itália. No Espírito Santo cresceu e teve forte presença entre os italianos que se tornaram membros das fileiras do Sigma buscando uma real possibilidade para participarem da vida social e política da região, além de servir como uma afirmação de brasilidade (Biblioteca Nacional. Movimento Provincial do Espírito Santo da Acção I. Brasileira, 30/05/1935, 587, 15 BRASIL. Diretoria Geral de Estatística. Recenseamento Geral do Império de 1872).

Também foram vários aqueles eleitos para cargos no executivo municipal e legislativo. Contudo, antes da eleição de Gerson Camata, outros descendentes de italianos já haviam alcançado importantes cargos políticos, entretanto nunca como governadores. Anteriormente, haviam ocupado cargos de governadores descendentes de portugueses e um alemão.

Indígenas

Em relação aos indígenas e negros, Medeiros (1997, 165) destaca a «luta do colonizador (português) contra os valentes donos da terra e os orgulhosos escravos». Desse modo já inicia o capítulo enfatizando a dificuldade que o fidalgo português Vasco Fernandes Coutinho, que aportou na capitania do Espírito Santo em 23 de maio de 1535, encontrou para promover o povoamento da terra em comparação às capitanias de Pernambuco e da Bahia. A ação indígena não facilitava a intenção colonizadora nas terras capixabas.

Quando os portugueses chegaram ao Espírito Santo, encontraram um verdadeiro ‘melting pot’ de culturas indígenas que sobreviviam através de caça, pesca, coleta, e pequena agricultura de subsistência. Dentre as culturas existentes na região, a que ocupava mais territórios e mais resistência ofereceu ao colonizador branco foi o a dos botocudos. Uma luta que começou no século XVI e só se encerrou no século XIX, o que para alguns, torna a terra em que viveram uma distinta área cultural no Brasil. (1997, 171)

De acordo com os estudos de Moreira (2017), desde a criação da capitania até o século XIX, os indígenas mantiveram-se, quantitativamente, em número expressivo em relação à população existente no Espírito Santo, preservando-se o fluxo dos índios entre as vilas existentes e o sertão da província. De modo que, segundo esta pesquisadora, no Oitocentos, muitos grupos indígenas operavam ações no cotidiano da vida social e política, favorecendo a constituição das relações socioeconômicas em curso em comum com os brancos, pardos e escravos.



Figura 2 Indígenas localizados no Espírito Santo. Autor: Rogério Medeiros (Medeiros 1997)

Há de se observar, contudo, que os Botocudos – conhecidos ainda como Tapuias ou Aimorés – ocupavam território agriculturável que compreendia faixas da Mata Atlântica e da Zona da Mata, entre o Espírito Santo e Minas Gerais, e eram considerados inimigos pelos colonizadores. Foi contra esses indígenas que D. João VI declarou uma guerra ofensiva, a guerra justa. Importante destacar também que nessa tessitura, no interno dos discursos políticos, técnicos e literários, encontrava-se em ebulição o pensamento do processo civilizatório, tal como refletido e estruturado pela sociedade europeia à época. No fulcro do debate, emergia uma questão central: a possibilidade da humanidade dos índios e deles serem incluídos na sociedade.

Negros escravos



Figura 3 Afrodescendente espírito-santense.
Autor: Rogério Medeiros (Medeiros 1997)

Situação similar à dos indígenas vivenciavam os escravos, destituídos de sua liberdade e de sua humanidade no processo de exploração econômica.

Em 1878, o juízo municipal de Cachoeiro de Itapemirim registrou interessante ação de liberdade. A escrava Benta requereu sua libertação da viúva Ana Luiza Soares Hausman. Ela alegou que pertenceu ao finado marido dela, de nome Antônio Hausman, mas que constava no inventário de outra. Para resolver a questão, o juiz municipal, tenente João Gomes Leal, nomeou depositário da escrava o indivíduo Luiz Jorge Vidal, sob a alegação que a «alforria não pode ser revogada ainda que por motivo de ingratidão». (1997, 189)

Medeiros retrata outros casos em seu livro. Também outros estudos publicados por Campos (2007; 2009a; 2011), Ribeiro (2013; 2015), dentre outros estudiosos, sobre a questão da escravidão e pós-abolição no Espírito Santo, demonstram como ela ocorreu com as dores e perversidades, como nos outros estados brasileiros. Na década de 1850, o Espírito Santo contabilizava 12.269 escravos, o equivalente a 25% de sua população; em termos proporcionais, esses números revelam a segunda maior concentração da população escrava do país. Enquanto se registrava em âmbito nacional 5,5 livres para cada es-

cravo, a província capixaba possuía 2,6 indivíduos na mesma situação (censo de 1872). Tal contexto é importante para entender a mobilidade dos grupos negros que se estabeleceram no Espírito Santo vindos de outras regiões do País, bem como as miscigenações diversas ocorridas ao longo do tempo.

4 Identidades em conflito

Os relatos apresentados por Medeiros são inequívocos ao apontar de forma indiciária ou diretamente o quanto eram frequentes as tensões entre os diferentes grupos, sobretudo entre europeus e brasileiros, mais especificamente mestiços, indígenas e negros libertos, mas também entre os próprios imigrantes estrangeiros: entre os próprios europeus, entre europeus e sírios e libaneses e outros núcleos de confrontações étnicas. Vale ressaltar novamente a perspectiva de Quijano (2000), e a importância da sobrevalorização das identidades vinculadas aos diferentes grupos e às formas de colonialidades de poder hierárquias, papéis e lugares associados ao padrão de dominação branca, europeia à época.

Isto porque esse processo possibilitava simbolicamente ao imigrante e descendente a possibilidade real e simbólica de se apresentar no jogo do poder

como ‘superior’. Nesse sentido, racismo e disputas políticas e econômicas faziam parte das tensões e conflitos cotidianos, não somente entre os próprios imigrantes italianos e descendentes, mas também entre e com diferentes grupos de imigrantes estrangeiros e brasileiros. Tendo em vista que em geral dificilmente viviam isolados como grupos étnicos, nos locais onde viviam ou nas povoações próximas, encontravam-se entre outros estrangeiros, alemães, suíços e poloneses, dentre outros, e os brasileiros. (Dadalto 2017, 192)

Tais conflitos se tornaram ainda mais amplos com a expansão econômica e desmatamento da Fronteira Norte, dentro do próprio estado. De modo que, segundo Almada (1993), o censo de 1940 registra que 14,4% do total da população capixaba, 106.413 pessoas, eram nascidas em outros estados da Federação. Sendo, desse total, 92.081 mineiros e fluminenses.

Cohen (1978) assegura que o conflito entre diferentes grupos étnicos acontece porque se estabelecem diferenças fundamentais relacionadas com a distribuição e o exercício do poder, econômico ou político no interior do sistema social do qual esses grupos fazem parte. Escudados na ideologia colonialista e estereotipada do embranquecimento, os europeus e seus descendentes tinham maior poder

de barganha e de resolução de disputas políticas, sociais, econômicas e jurídicas a seu favor.

O projeto de nação estabelecido pelo Império do Brasil, em meados do século XIX, pressupunha não somente trazer braços para trabalhar, mas também criar uma nova sociedade, mais europeizada, que promovesse o desenvolvimento social e econômico do país. A ideia de ocupação dos espaços vazios, como indicam Beneduzi e Vecchi (2010), significava transformar zonas não exploradas em um modelo capitalista de produção, entendidas com um vazio econômico, mas, também, de população, mesmo se habitadas por populações originárias e libertos. A rigor, produziu-se a invisibilidade das populações mestiças que habitavam o Espírito Santo, em prol de uma sociedade que se queria branca.

A ascensão dos grupos étnicos imigrantes, na segunda metade do século XX, reforçou uma ideia de importância da presença estrangeira no estado. Nesse contexto, sobretudo o grupo de descendentes de italianos conseguiu capitalizar uma grande positividade étnica, marcando com festas e celebrações uma memória vitoriosa do processo migratório, construindo a imagem do estado do Espírito Santo como aquele com a maior proporção de população oriunda da Península Itálica.

O tempo presente, ou melhor, o final da década de 1990, começa a produzir uma outra leitura sobre a ocupação do estado do Espírito Santo, como indica a obra de Medeiros. Em uma representação das lutas por reconhecimento e visibilidade levadas adiante pelas populações originárias, mas também pelos afrodescendentes e caboclos, 'O Encontro das raças' dá a conhecer uma outra imagem do processo de ocupação: grupos autóctones e mestiços que resistiram à política imperial, que foram vencidos, mas que resistiram e conseguiram reconstruir uma outra memória sobre a 'colonização' do estado. Sem dúvida, também neste caso, observa-se a ascensão social como propulsor de novas representações sobre os antigos subalternos.

Vilaça (2003, 31) assevera que «Tem o Espírito Santo o encanto de ter a diversidade como identidade». Apesar da correção histórica e socioantropológica da afirmação, há de se ressaltar que sua evidência não revela uma idealização paradisíaca de harmonia plena entre povos, de ajustamento completo de interesses, de igualitária representação política e, muito menos, de justa distribuição dos frutos da economia. As tensões são marcas do processo histórico, de suas marchas e contramarchas. Neste sentido, o livro *O Encontro das Raças* expõe, explora e potencializa a diversidade que constitui o estado, assim como os tensionamentos e jogos de poder existentes no passado e no presente.

5 A guisa da conclusão

O encontro dos diferentes grupos étnicos ou das raças no Espírito Santo, como prefere afirmar Rogério Medeiros, mantém-se, e nele os portugueses assumiram protagonismo inicial no processo de colonização. Repleto de relações socioculturais intermediadas por intersistemas culturais, cujo nível de miscigenação provoca contínuas ações de conflitos e também de reconhecimento do outro, a partir dos anos de 1980 observa-se um crescente movimento social, promovido por organizações ou grupos de indivíduos, na tentativa de realizar atividades de resgate, reafirmação e preservação identitária em geral. Por um lado, a sociedade que muda, e que produz uma aceleração do tempo, impele os diferentes grupos a uma política de conservação como forma de manutenção dos elementos culturais que entendem caracterizar o grupo; por outro, as interações étnicas reforçam a necessidade de diferenciação, positividade e visibilidade.

Tais movimentos não se apresentam de forma isolada a grupos específicos: observa-se um espraiamento de ações e atividades entre várias etnias europeias, indígenas, negras, cujas ações foram potencializadas por políticas governamentais. Estas ações foram e permanecem, entretanto, repletas de embates sobre a construção da identidade regional e a participação dos diferentes grupos estado. Também sabemos que não é um processo exclusivo do Espírito Santo ou do Brasil, apresenta-se no arcabouço do espírito do tempo mundial.

Nessa perspectiva, reafirmamos nosso argumento com base na perspectiva de Drummond (1980), ao entender que a sociedade do Espírito Santo, composta em grande proporção por miscigenados, opera com diferentes interpretações simbólicas que distinguem as pessoas – há os pomeranos, os negros, os índios, os italianos, os polacos, os baianos, os alemães, os ‘turcos’, dentre outros – e essas diferenças compreendem um *continuum* cultural.

Referências

- Almada, Vilma P.F. (1993). *Estudos sobre estrutura agrária e cafeicultura no Espírito Santo*. Vitória: SPDC/UFES.
- Almeida, Ceciliano Abel de (1978). *O desbravamento das selvas do rio Doce: memórias*. Rio de Janeiro: José Olympo.
- Aranha, Graça [1902] (2005). *Canaã*. São Paulo: Martin Claret.
- Bhabha, Homi (2002). *El lugar de la cultura*. Buenos Aires: Manantial.
- Becker, Bertha K. (1969). *O norte do Espírito Santo: região periférica em transformação* [tese de concurso para Livre-Docência]. Rio de Janeiro: Instituto de Geociências. Universidade Federal do Rio de Janeiro.
- Beneduzi, Luis Fernando; Vecchi, Roberto (2010). «A exclusão não está longe daqui: a natureza como potencial operador biopolítico em algumas etapas da formação do Brasil». *Educação*, 33, 35-45.
- Campos, Adriana Pereira (2007). «Mulheres às avessas: escravidão, gênero e crime no Espírito Santo do Oitocentos». *Estudos Afro-Asiáticos*, 28, 1-30.
- Campos, Adriana Pereira (2009a). «Noires et esclaves: production et reproduction du corps féminin dans la société esclavagiste brésilienne». *Plural Pluriel*, 3, web-web.
- Campos, Adriana Pereira (2009b). «Interrupted Liberty: The Story of a quilombola Slave». *Portuguese Studies Review*, 17, 20-30.
- Campos, Adriana Pereira (2011). «Escravidão, reprodução endógena e crioulização: o caso do Espírito Santo no Oitocentos». *Topoi: revista de história*, 12, 84-96. <http://www.scielo.br/pdf/topoi/v12n23/1518-3319-topoi-12-23-00084.pdf>.
- Cohen, Abner (1978). *O homem bidimensional: a antropologia do poder e o simbolismo em sociedades complexas*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Cunha, Manuela Carneiro da (org.) (1992). *Legislação Indigenista no Século XIX: Uma Compilação (1808-1889)*. São Paulo: Edusp. 62.
- Dadalto, Maria Cristina (2007). «Os rastros da identidade da diversidade capixaba». *Revista Sinais*, 1(01), 57-72.
- Dadalto, Maria Cristina (2008). «O discurso da italianidade no es: realidade ou mito construído?». *Pensamento Plural*, 3, 147-66. <https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/pensamentoplural/article/view/3746>.
- Dadalto, Maria Cristina (2017). «Cenas de violência na tessitura entre imigrantes italianos e brasileiros no interior do Espírito Santo». *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas*, 12(1), 189-200. <http://dx.doi.org/10.1590/1981.81222017000100011>.
- Drummond, Lee (1980). «The Cultural Continuum: A Theory of Intersystems». *Man*, n.s., 15(2), 352-74. <https://doi.org/10.2307/2801676>.
- Freitag, Bárbara (1997). «Berlim: memória literária e futuro político». Schiavo, Cleia; Zettel, Jorge (orgs), *Memória, cidade e cultura*. Rio de Janeiro: UERJ, 91-112.
- Funes, Patricia (2014). *Historia Mínima de las ideas políticas en América Latina*. Ciudad de México: El Colegio de México.
- Goebel, Michael (2016). «Immigration and National Identity in Latin America, 1870-1930». *Cultural History, International History, Social History*, May, 1-18. <https://doi.org/10.1093/acrefore/9780199366439.013.288>.
- Maciél, Cleber (2016). *Negros no Espírito Santo*. Organização: OLIVEIRA, Osvaldo Martins. 2a ed. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito San-

- to. https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Livros/MioLoLivroNegros_FINAL_BAIXA.pdf.
- Malacarne, Altair (2004). *Águia Branca: uma rapsódia polono-brasileira na selva capixaba*. São Gabriel da Palha: Gráfica Gomieri.
- Mariano, Fabiene Passamani (2017). «As senhoras da Casa dos Açores de São Paulo: saberes e fazeres na comemoração do bicentenário da imigração açoriana no Espírito Santo». Augusto, Isabel Regina; Dadalto, Maria Cristina; Siuda-Ambroziak, Renata (orgs), *Subjetividades em trânsito: memória, emoção, e-imigração e identidades*. Macapá, Rio de Janeiro: UNIFAP/ Bonecker, 39-50.
- Medeiros, Rogério (1997). *Espírito Santo: Encontro das raças*. Rio de Janeiro: Reproart Gráfica e Editora.
- Moreira, Vânia Maria Losada (2017). *Espírito Santo indígena: conquista, trabalho, territorialidade e autogoverno dos índios, 1798-1860*. Vitória: Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Espirito_Santo_Indigena_completo_site.pdf.
- Nunes, Rafaela Domingos Lago (2018). *Entre a escravidão e a liberdade em Vitória/ES (1871-1920)* [tese de doutoramento]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Pacheco, Rogério; Ignatowski, Wieslau Eustachio (1972). «Poloneses no Espírito Santo. Relatório Preliminar. Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Colatina». *Caderno de Cultura*, 2. Mimeo.
- Poutignat, Philippe; Streiff-Fenart, Jocelyne (1998). *Teorias da Etnicidade. Seguindo de Grupos Étnicos e suas fronteiras de Fredrik Barth*. São Paulo: Editora da UNESP.
- Quijano, Aníbal (2000). «Colonialidad del poder, eurocentrismo y América Latina». Lander, Edgardo (comp.), *La colonialidad del saber: eurocentrismo y ciencias sociales. Perspectivas Latinoamericanas*. Buenos Aires: CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 201-46. <http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/lander/quijano.rtf>.
- Ribeiro, Geisa L. (2013). «Enlaces e desenlaces: a estabilidade da família escrava no Espírito Santo (1790-1871)». Campos, Adriana Pereira; Vianna, Karulliny Silverol Siqueira; Motta, Katia Sausen da; Lago, Rafaela Domingos (orgs), *Memórias, traumas e rupturas*, vol. 1. Vitória: UFES, 1-17.
- Ribeiro, Geisa L. (2015). «Retratos da Família Escrava no Espírito Santo (1790-1871)». *Revista Ágora*, 1, 203-30.
- Rocha, Haroldo C.; Morandi, Angela M. (1991). *Cafeicultura & grande indústria: a transição no Espírito Santo 1955-1985*. Vitória: Editora Fundação Cecília- Abel de Almeida.
- Rölke, Helmar Reinhard (1996). *Descobrimos raízes. Aspectos geográficos, históricos e culturais da Pomerânia*. Vitória: UFES. Secretaria de Produção e Difusão Cultural.
- Saletto, Nara (1996). *Trabalhadores nacionais e imigrantes no mercado do Espírito Santo (1888-1930)*. Vitória: EDUFES.
- Sayad, Abdelmalek (2000). «O retorno: elemento constitutivo da condição do migrante». *Travessia*, 13, 7-32.
- Schütz, Alfred (2010). «O estrangeiro: um ensaio em psicologia social». *Revista Espaço Acadêmico*, 113, 117-29.
- Santos, Adilson Silva (2019a). «Benedicto Tannure: um médico de origem síria e libanesa em conflito com a justiça (1926-1927)». Dadalto, Maria Cristina;

- Marlow, Sergio Luiz (orgs), *Lugares e pessoas: movimento migratório no Espírito Santo*. Rio de Janeiro: Bonecker, 81-100.
- Santos, Adilson Silva (2019b). *Sírios e Libaneses no Sul do Espírito Santo (1890-1930)* [tese de doutorado]. Vitória: Universidade Federal do Espírito Santo.
- Seyferth, Giralda (2002). «Colonização, imigração e a questão racial no Brasil». *Revista USP*, 53, 117-49.
- Soares, Renato (1997). *Spini nei Fiori: a “nacionalização” das escolas dos imigrantes no Espírito Santo, na Era Vargas*. Vitória: Darwin.
- Schuster, Sven (2015). «The Pursuit of Human Perfection: Brazil at the Vienna Universal Exhibition of 1873». *Historia Crítica*, 55, 45-71. <http://dx.doi.org/10.7440/histcrit55.2015.03>.
- Tamanini, Virgínia (1981). *Karina. Brasília*. S.l.: s.e.
- Trento, Angelo (1989). *Do outro lado do atlântico: um século de imigração italiana no Brasil*. São Paulo: Nobel.
- Vilaça, Adilson (2002). *A suavidade do sol poente*. Vitória: Textus.
- Vilaça, Adilson (2003). «A cultura na reconstrução do paraíso». Vilaça, Adilson; Dadalto, Maria Cristina (orgs), *Trajectoria solidária do imigrante italiano no Espírito Santo*. Vitória: Textus, 27-49.
- Werbner, Pnina (2004). «Theorising Complex Diasporas: Purity and Hybridity in the South Asian Public Sphere». *Britain Journal of Ethnic and Migration Studies*, 30(5), 895-911. <https://doi.org/10.1080/1369183042000245606>.